

IDEÁRIO DA ESCOLA PÚBLICA PORTUGUESA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

Ernesto Candeias MARTINS¹

Resumo

A escola constitui um objecto historiográfico, em que a conceptualização do sistema educativo, a escolaridade e a administração escolar correspondem a uma evolução de perspectivas pedagógicas, discursos e políticas educativas. O estado deixou a escola, no séc. XIX, à incumbência dos municípios e, no século passado, centralizou o seu poder de manutenção económica e educativa. O autor destaca três questões nessa evolução da escola pública: a dimensão legislativa/normativa, as problemáticas pedagógicas em cada época histórica e, ainda, os condicionamentos gerais e específicos da organização escolar, da formação dos professores e da rede escolar. A teoria da educação sempre se aproximou mais à realidade educativa que o ordenamento da política educativa (legislação). O presente estudo pretende fazer um balanço historiográfico da escola pública portuguesa, entre os séculos XIX e XX (instrução primária, escolaridade). Na verdade os processos de investigação histórico-educativa são multidimensionais e complexos, numa base interdisciplinar; os historiadores procuram compreender, analisar e interpretar a realidade educativa e as instituições escolares, na sua organização evolutiva.

Palavras-chave: *Escola Pública; Historiografia Educativa; História do Ensino; Instrução e Ensino Primário.*

THE CONCEPTUAL OF THE PORTUGUESE PUBLIC SCHOOL BETWEEN XIX AND XX CENTURIES

Abstract

The school constitutes one historiographies object, where the educative system conceptualization, the schoolarity, the school administration, corresponds to an evolution of pedagogical perspectives, speeches and educative politics. The state left the school in XIX century to the re-

sponsibility of the cities councils and in the last century it centred his economic and educative maintenance power. The author detaches three questions in this public school evolution: the legal dimensions, the pedagogical problematic ones at each historical time and still, the general and specific school organization conditionalisms, the teacher's formation and the net school. The theory of the education always came close more to the educative reality than the order of the educative politics (legislation). The present study it intends to make the analyse historiography there Portuguese public school, between XIX and XX century (primary school, schoolarity). The processes of description-educative inquiry are multidimensional and complex, in a base to interdisciplinar, for the historians they look for to understand, to analyze and to interpret the educative reality and the pertaining to school institutions, in its evaluative organization.

Key-words: *Public School; Educative Historiography; History of Education; Instruction and Primary School.*

Introdução

“No Portugal Contemporâneo, jamais escassearam os doutrinadores capazes de definir as metas a alcançar no tocante à educação exigida e exigível por uma sociedade programaticamente aberta ... Porquê essas duas linguagens – a de teorização e a da prática – se não fundiram numa só e até, no volver dos anos, se foram distanciando mais e mais” (Serrão, 1980: 23)

Questões Prévias

Vários projectos e reformas de ensino fizeram parte da História da Educação em Portugal, desde finais do séc. XVIII. A sequência desses planos e diplomas, por vezes num ritmo alucinante, dependeu das conjunturas político-ideológicas, económicas e culturais das épocas, deixando diversos documentos de qualidade, por exemplo, a Lei Camoesas de 1923, e proclamando leis com grande alcance educativo.

Ao abordar historicamente as tendências pedagógicas, os projectos e as reformas do ensino público em

¹ O Autor é licenciado em Filosofia (FF/UCP-Lisboa) e em Ciências da Educação (FPCE/UL). Mestre em Educação (FCH/UCP-Lisboa), na área da Formação Pessoal e Social, e Doutor em Ciências da Educação pela Universidade das Ilhas Baleares-Palma de Mallorca (Espanha). É professor Adjunto na ESSE – Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco (Portugal), onde exerce o cargo de Subdirector. É responsável pela Secção de Filosofia da Educação da SPCE – Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. E-mail: ernesto@mail.es.e.ipcb.pt

Portugal, principalmente no âmbito da instrução primária, devemos alertar para o facto de que, no período liberal, os deputados procuraram, nas assembleias eleitas (após 1820), encontrar soluções eficientes para os problemas da escola pública. A isso os impelia o abandono a que fora votada a instrução pública nas décadas precedentes, exceptuando algumas tentativas inovadoras, como na época do Marquês de Pombal².

Muitos cidadãos portugueses, animados de um idealismo nascido dos sucessos da revolução liberal, consideravam, como dever cívico elementar, contribuírem com os seus pareceres para a construção das instituições. Nesta ordem de ideias apareceram propostas para reformas do ensino público, expondo-as em artigos divulgados na imprensa da época ou apresentando-as em relatórios, com o aspecto de projectos formais, que enviavam para a Assembleia Constituinte ou Cortes. Esses projectos perderam-se quase sempre nos arquivos, qualificados de inúteis. Se alguns desses textos se salvaram, foi devido à impressão escrita dos seus autores, como fez Mouzinho de Albuquerque (1823), ou por alguém que fez História do Ensino no tempo do liberalismo, 1.ª República e Estado Novo.

Se é certo que a implantação da instrução pública primária esbarrou com enormes dificuldades de todo o tipo durante os séculos XIX e XX, não é menos certo que, apesar das dolorosas vicissitudes que afectaram a vida do país, houve sempre ideias pedagógicas clarividentes que germinaram e que fizeram com que a instrução primária atingisse todas as crianças portuguesas. São de destacar, no século XIX, as decisões referentes à gratuidade do ensino, à obrigatoriedade escolar, aumento da rede escolar, aos planos curriculares, métodos de ensino, à descentralização do sistema educativo, apesar da incapacidade política e económica para as concretizar. De qualquer modo, dos textos liberais e republicanos, é sempre possível fazer uma síntese das ideias fundamentais. Contudo, é difícil distinguir uma base de princípios comuns em que se alicerçaram todos esses planos, a despeito das ideologias diferentes, e por vezes diferenciadas, dos seus proponentes. O abismo entre as intenções reformadoras (legislação) e a realidade educativa concreta foi o indicador comum, unido ao flagelo social do analfabetismo e à falta de uma rede escolar mais alargada e sustentada economicamente pelas autarquias (descentralização do ensino).

² A acção reformadora do Marquês de Pombal alcançou o ensino primário oficial. Pela Carta de Lei de 6/11/1772, criou algumas centenas de escolas, às quais foram afectadas 479 mestres de ler, escrever e contar. A manutenção dessas escolas, mais as 47 criadas por Alvará de 11/11/1773, seria garantida pelo 'subsídio literário' (Lei de 10/11/1772) (Gomes, 1979, 1980).

O sistema educativo português passou por uma construção retórica da educação, em que o Estado promulgava preceitos legais que eram difíceis de implementar. Por isso, no 'Século da Escola' os projectos de reforma fracassaram sucessivamente, desde Rodrigo da Fonseca (1835), Passos Manuel (1836) a João Camoesas (1923), levando o país a alcançar os mais baixos níveis educacionais da Europa. Décadas e décadas de falta de investimento na educação, as convulsões políticas, as cegueiras ideológicas, as crises económicas, o analfabetismo, a falta de formação de professores e o retrocesso do ensino no período salazarista (1928-1974) deixaram o país numa situação que só nas últimas décadas do séc. XX foi alterada (pós 25 de Abril de 1974).

A transição do séc. XIX ao XX, da Monarquia Constitucional para a 1.ª República (1910-1926), foi um dos períodos mais ricos da História da Educação portuguesa. Nesse período se estabeleceu a estrutura que viria a influenciar o sistema educativo actual, graças à conjugação de factores sociais e políticos, a par de um movimento pedagógico produtivo e inovador e à afirmação profissional dos professores (associativismo). Em termos de política educativa, destacamos a criação do Ministério da Instrução (1870) e a acção pedagógica de vários ministros, alguns deles com ideias reformadoras.

Assistimos a um afã reformador que ia desde a instrução primária até ao ensino superior, ao ensino técnico profissional, confirmando-se a edificação do sistema educativo e da escola pública, mas que nem sempre teve aplicações práticas. Apesar das contradições e incongruências, reconhecemos os esforços ao nível do ensino primário de Rodrigues Sampaio (1878-1881), João Franco (1894-1896) e Hintze Ribeiro (1901) e as reformas republicanas (1911, 1919), associados à evolução de um pensamento filosófico-pedagógico multifacetado que integrou variados contributos na análise dos fenómenos e problemas educativos. Conjugou-se a preocupação de intervenção sócio-pedagógica na política educativa com um bom conhecimento do estado da instrução no estrangeiro, produzindo-se uma reflexão de grande qualidade científico-pedagógica e metodológica. Este movimento pedagógico inovador desempenhou um papel fundamental na análise dos problemas, na tomada de consciência dos atrasos estruturais do sistema, da situação da escola pública e do ensino, lutando por uma acção mais decidida e coerente na vida educativa portuguesa.

A formação dos professores conheceu modificações nesse período analisado, mas diluiu-se pouco a pouco no séc. XX. A abertura das escolas normais de Lisboa, para o sexo masculino (Marvila, 1862) e para o

sexo feminino (Calvário, 1866), marca o início oscilante da formação de professores do ensino primário, continuado com as escolas de magistério, a partir de 1934.

Na verdade, a explosão do ensino normal deu-se na sequência da Reforma de Rodrigues Sampaio (1878-1881) e continuado com uma sequência de diplomas, sobretudo nas escolas de sexo feminino, o que mostra a mudança no acesso das mulheres à educação e do processo de feminização do professorado. É digna de menção a importância do Art.º 30 da Reforma de 1901, ao mencionar que apenas '*constitui habilitação para o exercício do magistério primário a aprovação no curso das escolas normais ou de habilitação para o magistério primário*', o que mostra a intenção de formar adequadamente o professorado. Contudo, o Estado Novo não teve intenção de seguir essa ideia pedagógica e, além de mandar fechar as escolas de magistério, recruta os professores 'regentes' com poucas ou nulas habilitações para as funções educativas.

O colectivo associativo dos professores foi-se desenvolvendo ao longo dos séculos XIX e XX, com o revés, por razões nacionalistas, no salazarismo. Desde 1880, devido à solidariedade gerada nas escolas normais, verifica-se um incremento da actividade associativa até ao início do Estado Novo. As Conferências Pedagógicas e os Congressos do Magistério Primário representam manifestações desse espírito de colectivo profissional dos professores, em torno de três reivindicações: melhoria do seu estatuto (aumento salarial, maiores qualificações académicas, condições de acesso às escolas normais, etc.); definição de uma carreira (promoção profissional, acesso à inspecção e magistério, etc.); e controlo da profissão (participação política, autonomia profissional, liberdade docente, etc.).

É plausível que o reconhecimento das nossas insuficiências na instrução pública tenha forçado o regime do Estado Novo a intensificar a política educacional, a partir de meados do séc. XX, altura em que começa a exigir um desenvolvimento económico, devido ao pretexto de integração internacional. Nesse sentido, enquadrámos o modo com que os governantes encararam essa recuperação e os efeitos tardios das reformas de ensino, principalmente na instrução primária.

De facto, a política educativa, o pensamento pedagógico, a formação de professores, o combate ao analfabetismo, o movimento associativo de professores, a escolaridade, a rede escolar pública, etc., com a ajuda dos normativos jurídicos e da imprensa pedagógica, são indicadores historiográficos de grande relevância que nos permitem analisar a evolução e dinâmica do sistema educativo ao longo dos séculos XIX e XX, e que nos permitem compreender a História da Educação portuguesa.

A Escola e/ou ensino público

Sabemos que a historiografia depende do tempo e do espaço, abarcando todas as dimensões e as temáticas referentes à educação e à escola pública e privada. A escola pública (*schola* = lição; *publicus* = oficial, pública) é um conceito polissémico, que apresenta uma problemática semântica, jurídica, pedagógica e política, dependendo do seu significado espacial e temporal. As suas conotações histórico-educativas com outros termos, como, por exemplo, instrução pública, ensino público, estabelecimentos públicos de ensino e escola oficial são inúmeras. As próprias crianças abandonadas, vadias e marginalizadas, desde os finais do século XVIII eram levadas para a Casa Pia (fundada pelo Intendente Pina Manique), que consistia numa escola pública (especial) onde os menores, nos diversos colégios que a compunham, aprendiam as primeiras letras e as normas morais de comportamento e, ainda, uma profissão válida socialmente.

Os primeiros trabalhos historiográficos que cingem no seu conjunto o passado da escola pública, da instrução popular ou instrução pública portuguesa, datam das últimas décadas do séc. XIX. São de mencionar, entre outras, as obras de José Silvestre Ribeiro, '*História dos estabelecimentos científicos, litterarios e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarchia*' (Lisboa, 1871), em que a história da educação tem um encargo de legitimação ideológica e política das instituições existentes, e a obra de D. António da Costa, a '*História da Instrução Popular em Portugal*' (Lisboa, 1871). Ambas as obras referem como se construiu o edifício da educação e da instrução pública do povo português (Fernandes, 1988; Gomes, 1988).

Permitam-me, contudo, que inicie a minha exposição com duas reflexões. A primeira é para sublinhar a renovação a que assistimos nas últimas décadas na investigação histórica em torno do ensino primário, tendo-se produzido muitas investigações de grande mérito, numa produção que poderíamos designar por contínua. Retomou-se a tradição histórica do final do século XIX e princípios do século XX, que foi um período importante na história da educação e da pedagogia em Portugal.

É óbvio que, no período histórico que abordamos, a produção historiográfica denota algumas características, por exemplo: uma história do ensino e da pedagogia, com legislação avulsa, com projectos e reformas educativas, com figuras relevantes e algumas inovações pedagógicas; uma história cronológica e histórico-descritiva, preocupada mais no relato dos factos do que na compreensão e interpretação dos problemas e fenómenos

educativos; e uma história institucional, com incursões à obra e vida de certos pedagogistas, sem uma abordagem profunda aos temas educativos.

A segunda reflexão entronca com as intenções do nosso estudo, ao tentar perceber as razões da evolução da escola pública (instrução pública) no arco histórico dos séculos XIX - XX

Sugerimos que façamos, primeiramente, uma precisão ao termo '*escola pública*'. Trata-se de uma concepção particular de qualquer sistema educativo, fundamentada no papel social da escola. Desse modo, podemos entender a escola pública como um serviço público. No caso português, ela começou com o liberalismo (o séc. XIX foi designado por século da escola), tendo como antecedente a reforma pombalina (finais do séc. XVIII). Num sentido amplo, toda a escola é pública. Eradamente, por vezes, contrapomos '*escola pública*' e '*escola privada*' (referência à índole da escola) e '*escola pública*' e '*escola estatal*'. De facto, a escola pública apresenta diversas acepções, mas que em síntese giram à volta dos seguintes factores:

⇒ Descentralização do poder estatal. O Estado garante financeiramente o ensino gratuito, impondo uma supervisão e uma administração escolar, objectivos e conteúdos mínimos, e normativos, afectando em alguns casos os municípios. Em Portugal, o século XIX foi prolífero em reformas de descentralização do ensino, incumbindo as Juntas de Paróquia e os municípios da manutenção das escolas, das rendas e dos vencimentos dos professores. Contudo, o debate entre descentralizar e centralizar o ensino foi uma constante no nosso país.

⇒ Escola aberta ao encontro dos valores vigentes e receptiva às ideias da sociedade. No nosso estudo, o liberalismo enveredou por uma escola neutra, o republicanismo (1910-1926), pela sua ideologia republicana (escola livre, gratuita e pluralista), e o Estado Novo, salazarista e marcelista (1928-1974), pela ideologia nacionalista, fomentando o analfabetismo.

⇒ Pluralista, na coexistência das ideologias vigentes, no marco do respeito e neutralidade. Por exemplo, o período da Monarquia Constitucional (até 1910) foi, sem dúvida, fomentador de uma escola plural.

⇒ Compensadora, ao dar igualdade de oportunidades de acesso à educação e à cultura a todos os membros da sociedade. Nesse sentido, o período republicano incentivou a escola no seu combate contra o analfabetismo, tão elevado na época (cerca de 70 % da população era analfabeta).

⇒ Democrática, ao possibilitar que a vontade colectiva dos componentes escolares (pais, professores e alunos) determinasse a sua administração, gestão, elaboração dos objectivos educativos compatíveis com a legislação em vigor e com as normativas estatais.

⇒ Socializada, ao participar na planificação e controlo dos seus próprios componentes educativos, de modo a adaptar-se às necessidades concretas do meio e da comunidade educativa. A escola constituía-se no instrumento de construção do modelo de sociedade pretendida.

Reconhecemos que a escola pública é um tema de interesse historiográfico, que permite aos historiadores e investigadores conhecer o sistema educativo, a sua génese, a sua evolução e a sua implementação em cada época. A limitação no espaço dessa historiografia deve-se à preocupação temporal do desenvolvimento de cada nível de ensino e/ou educação em cada período histórico, da centralização e descentralização do sistema e das disposições legislativas (regulamentos, diplomas, projectos, antologias de legislação escolar, etc.

Historicamente, é no final do século XVIII que a Revolução Francesa divulga o termo de educação pública e de instrução pública que implicava, em termos sistémicos, a educação nacional de cada Estado, originando o que designamos por sistema educativo. O Estado passa a ter a obrigação e o direito de fazer cumprir o acesso livre dos seus cidadãos à educação. O '*Rapport*' e as '*Memórias sobre a Instrução Pública*', de Condorcet, são um bom exemplo de um projecto amplo de educação pública, secularizada, mas não estatal. A influência francesa inspirou a configuração do sistema de instrução pública portuguesa – o sistema educativo nacional, e o nascimento da escola pública.

O processo de secularização escolar português inicia-se com a Reforma do Marquês de Pombal (finais do séc. XVIII), estruturando a instrução pública sob o signo do iluminismo. Esboçaram-se alguns projectos de *educação pública* no período do liberalismo, promovendo os diversos níveis de ensino (elementar, liceal, técnico-profissional e superior ou universitário) e promulgando vários diplomas e reformas ao longo do século XIX, de modo a divulgar a instrução pública.

Podemos considerar o nascimento da instrução primária, propriamente dita, com a Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772, que constitui uma data notável para a história do ensino popular português. O relatório que precede aquela lei revela uma largueza de vistas, em termos educativos, assim como as reformas de ensino público que são um monumento historiográfico na vida do

país. Dá-se à instrução primária uma administração autónoma e um tribunal privativo – a *Real Mesa Censória*, uma receita própria – o *Subsídio Literário*, medidas educativas de grande alcance.

Pedagogistas como Pina e Proença (1693-1743), Ribeiro Sanches (1699-1782) ou Luís A. Verney (1713-1792) estabeleceram o contraste entre o que é e o que devia ser a instrução e a escola, assumindo a necessidade do movimento desejável e possível no interior do sistema educativo existente naquele século. Estes e outros pedagogistas não puseram em causa a fundamentação social dos afunilamentos no acesso aos diferentes níveis de ensino, devido ao predomínio da nobreza e do clero, mas sim as modificações pedagógicas e educativas necessárias.

A criação pombalina das escolas régias (1759), embrião do que viria a ser o ensino secundário, e das escolas de ler, escrever e contar (1772), início do ensino primário, ou da Aula de Comércio (1759), começo do ensino técnico comercial, ou da Aula de Náutica (1764, no Porto), o que é significativo foi a reforma da Universidade (1772) e a fundação do Colégio de Nobres (1761) e, posteriormente, a metamorfose educativa, de inspiração ideológica liberal, que criou as condições externas ao sistema de ensino vigente, que permitiram inovações ousadas (por exemplo de A. Garrett, A. Herculano, D. António da Costa, A. Sérgio, etc.), que seriam impensáveis por aqueles que não queriam um salto qualitativo na escola pública.

Aparecerá, mais tarde, no sistema escolar público do séc. XX, a designação de '*ensino básico*'. Esta noção integra o conjunto de conhecimentos e aptidões indispensáveis a todos os indivíduos. É um ensino universal, obrigatório e gratuito. Já a reforma de ensino de 1911 tinha dividido o ensino primário em três graus (elementar, complementar e superior, sendo obrigatória às três classes do primeiro), merecendo do pedagogo e político republicano, João de Barros, a crítica de não ter entendido o ensino primário como ensino fundamental para todos os cidadãos. Só mais tarde, pela reforma de 1919, esse ensino primário foi considerado geral e obrigatório (cinco classes), com o objectivo de fornecer à criança os instrumentos fundamentais de todo o saber e as bases de uma cultura geral.

Após o golpe militar de 1926, o ensino primário elementar foi reduzido a quatro classes, considerando-se que nas três primeiras se ministrava a verdadeira base desse ensino, isto é, o ler, o escrever e o contar correctamente. O conteúdo desse '*ensino básico*' na escola pública sofria, em 1929, uma amputação que perdurou ao longo do salazarismo. No início da década de 60 do sécu-

lo passado, o Ministro Leite Pinto, devido às carências de mão-de-obra qualificada e às necessidades do desenvolvimento económico no quadro do capitalismo, propunha a extensão da escolaridade obrigatória. Porém, em 1964, tomaram-se providências com vista à criação de seis classes obrigatórias no ensino primário, dividindo-o em dois ciclos: elementar (quatro classes) e complementar (5.^a e 6.^a classes). Essas disposições são consideradas como um avanço de um ensino básico público.

Nesta perspectiva, gerou-se uma corrida à escola pública, considerando-se naquela época do salazarismo, a '*ascensão cultural*' das massas, um fenómeno e um desígnio louvável, com o risco de estrangular o escol intelectual. Daí que a corrida à escola seria vigiada com as necessárias cautelas.

Em suma, na análise histórica do nosso estudo, a escola pública (escola colectiva) tem uma forte conotação com a noção de '*instrução pública*', devido ao vínculo com a organização do ensino no sistema educativo, limitando-se, em grande parte, à educação primária elementar (livre, gratuita), que garantia aos alunos as competências relativas ao ler, escrever e contar.

Das ideias às reformas educativas no período liberal

Toda a vida nacional esteve gravemente perturbada entre 1807-1811 (invasões francesas), com a ida da família real para o Brasil, com os movimentos sociais e estudantis. Nessa época, destacamos o Colégio da Feitoria, em Lisboa, destinado à educação dos filhos dos militares, (futuro Real Colégio Militar), com um currículo de seis anos lectivos (Albuquerque, 1960).

Em 1815, inicia-se uma grande actividade pedagógica nacional que procedeu à criação de escolas de primeiras letras, nos quartéis, para combater o analfabetismo e impulsionar o progresso cultural do país. O sistema seguido nessas escolas era o método de ensino mútuo (Consulte-se os jornais da época, como o '*Investigador Português*' e '*Anais*', de 1818)³. Esse método perdeu

³ Na abertura do ano escolar de 1818 havia 55 escolas de ensino mútuo com 2518 alunos inscritos. Era director das escolas militar o oficial João Crisóstomo do Couto e Melo. Por Decreto de 1824, criou-se em Lisboa uma Escola Normal, que a Infanta D. Isabel Maria inaugurou em 1826, com o objectivo de generalizar a prática daquele ensino mútuo, segundo os princípios pedagógicos de Lencaster. Foram convidados a frequentar essa instituição os mestres régios de Lisboa, para completarem novas habilitações. O Governo de D. Miguel ignorou esse estabelecimento, tal como a instrução popular, e só em 1835 se viria a reorganizar. Na mesma época, John Phelps (negociante inglês na Madeira) fundou naquela Ilha uma Sociedade Promotora da Instrução para difusão das ideias pedagógicas de Lencaster. Essa sociedade teve um edifício escolar e foi muito frequentado, apesar das críticas liberais.

importância nas escolas, a partir da década de 70 (séc. XIX), a favor do método simultâneo.

Insistimos que a instabilidade da vida nacional se associava ao elevado analfabetismo. A própria Constituição de 1822 dedicou apenas quatro artigos à instrução pública, estabelecendo a instrução primária gratuita para todos os cidadãos. De facto, esse período perturbado não favoreceu a desejada reforma geral do ensino. Em 1823, Mouzinho de Albuquerque apresenta um projecto de reforma, de índole progressista, que estabelecia: escolas primárias, uma para cada sexo em cada freguesia, utilizando o método mútuo; todos os cidadãos deveriam ter direito à instrução gratuita (obrigatoriedade).

Entre 1828-1834, período miguelista (regime absoluto), a instrução primária sofreu um revés com inspecções devassas, encerramento de escolas, perseguições aos professores, etc. Alegando restrições económicas, a Junta Directora dos Estudos (1829) reduziu de 939 para 550 escolas de instrução primária (1829). Paralelamente, as Ordens religiosas começaram a dedicar-se ao ensino privado (Alvará de 1826). São de mencionar as obras pedagógicas de Borges Carneiro, *'Mentor da Mocidade ou Cartas sobre a Educação'* (1833), e *'Da Educação'* (1829), de A. Garret⁴, que, contrários ao regime, propunham um projecto de reforma geral dos estudos na escola pública. Com a instauração do governo liberal, restabeleceu-se a liberdade de ensino e autorizaram-se as corporações administrativas a abrir escolas, situação bem expressa na afirmação de Júlio Soares da Rocha Pereira (1921: 55), ao considerar que "*O ensino popular é sempre amparado pelos governos avançados e tem a indiferença e, as mais vezes, a hostilidade das autoridades retrógradas*".

Nesse mar revolto e inseguro da vida nacional, em matéria de instrução, embora não houvesse convergência de opiniões entre as facções liberais, num ponto estavam de acordo: na necessidade de tomarem providências para reduzir o analfabetismo (cerca de 90%), criando uma vasta rede de escolas de instrução primária. O Regulamento Geral da Instrução Primária, proposto em Decreto de 7/09/1835, por Rodrigo da Fonseca Magalhães, primeiro reformador do ensino no período do constitucionalismo, determina a descentralização administrativa do ensino, a liberdade de ensino, a fundação em cada capital de distrito de uma escola para sexo masculino e uma de ensino mútuo, que sirva de escola com

um professor, comissões locais inspectoras do ensino e um subsídio anual (20\$000 réis) dado pelas Câmaras a cada professor, e, ainda, as escolas normais para habilitar os professores. A rede escolar seria da incumbência dos municípios e a obrigação dos pais enviarem os filhos à escola. Essa reforma não chegou a ser executada.

Ao avanço daquela reforma segue-se o retrocesso educativo com Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, que suspende aqueles decretos. G. Dias Pegado ainda propõe um projecto de Lei sob o título *'Organização Geral da Universalidade de Portugal'* (1835), onde agrupava os estabelecimentos de ensino em seis: escolas primárias (sexo masculino e feminino, uma para cada freguesia com ensino mútuo praticado por professores habilitados; escolas secundárias; liceus; seminários; escolas especiais; e faculdades. Em termos organizacionais e educativos, aquele projecto apresentava uma coordenação centralizada no aspecto regulamentar e pedagógico e uma semi-descentralização económica. No primeiro caso previa-se a criação de um conselho orientador das actividades em cada escola e impunha-se uma dependência a um dos conselhos escolares de nível mais elevado (organismo superior de administração científica: Conselho Supremo da Instrução Pública) (Albuquerque, 1960).

Há alguns pontos coincidentes do projecto de Dias Pegado com outros planos de reforma de ensino, por exemplo, com o Projecto de Mouzinho de Albuquerque (1823) e com o Regulamento de Rodrigo da Fonseca (1835). Mouzinho propunha uma rede escolar constituída por escolas primárias (duas por freguesia), por escolas secundárias (uma por concelho), e por liceus (um por capital de distrito). As relações entre os conselhos escolares daquelas escolas eram concebidas de maneira idêntica por Dias Pegado e Mouzinho. Ambos separavam os sexos no ensino primário e reconheciam o direito de qualquer indivíduo solicitar exames para reconhecimento oficial da sua preparação cultural. Dias Pegado propôs, e Rodrigo da Fonseca tornou lei, a criação do ensino normal primário, a obrigatoriedade da adopção do método de ensino mútuo, liberdade do ensino privado e descentralização económica do ensino primário. No plano curricular incluiu os exercícios de ginástica, acomodados à idade das crianças e, ainda, a criação de escolas de meninas nas capitais de distrito.

Com a revolução de Setembro de 1836, Manuel da Silva Passos propôs modificações no ensino, em todos os seus graus. Elaborou este reformador uma lei de instrução primária que determinava a liberdade de ensi-

⁴ A. Garret distinguia a 'educação', da 'instrução' ao tratar da organização escolar, considerando estabelecimentos de educação (seminários, casas-pias e instituições de ensino especial) e escolas de ensino superior, secundário e primário, onde se instruíam os alunos.

no e a fundação em cada capital de distrito de uma escola para o sexo masculino e uma outra para o ensino mútuo (só com um professor), comissões locais de inspecção do ensino e subsídios municipais a cada professor.

Na ditadura de Costa Cabral o ensino popular não foi descuidado. A reforma de 20/09/1844 dividiu o ensino em dois graus em diferentes escolas, estabelecendo, pela primeira vez, penalidades para as famílias que, por negligência, não mandassem os filhos às escolas⁵. Um Conselho Superior em Coimbra dirigia todo o ensino, com um delegado em cada distrito (comissário de estudos). A grande dificuldade desse diploma foi de ordem pecuniária, além de ser uma reforma conservadora. A nosso ver, as leis de 1836 e 1844 fundidas teriam dado uma boa organização escolar, já que cada uma tinha o que à outra faltava.

Em 1870, D. António da Costa funda o Ministério da Instrução e propõe uma nova reforma de instrução primária (16/08/1870), apoiando-se na ideia que a educação nacional era a melhor base de organização de um povo e a mãe da verdadeira liberdade⁶. Sendo a escola pública, no séc. XIX, uma forma de revolução nas condições sociais da humanidade, em Portugal era uma representação do sistema passado.

Preconizava-se nessa reforma, que não chegou a entrar em vigor, a descentralização do ensino primário e a entrega das escolas primárias às câmaras municipais e Juntas de Paróquia, uma inspecção escolar feita por inspectores distritais (extinguiu-se o comissário de estudo), a divisão do país em 16 circunscrições escolares distritais, nomeação das comissões escolares por concelho, instituíam-se as conferências para os professores debaterem e actualizarem os métodos pedagógicos, criação de cursos nocturnos e dominicais pelas câmaras e, ainda, a criação das escolas normais (Lisboa e Porto). Os encargos da instrução cabiam às câmaras municipais.

O projecto reformador dividia a instrução primária em dois graus (elementar e complementar), sendo o primeiro obrigatório e gratuito para ambos os sexos (idade entre os 7 e os 15 anos). A rede escolar distribuía-se

⁵ O 1.º grau ocupava-se do ler, escrever e contar, exercícios gramaticais, corografia e história de Portugal, moral, doutrina cristã e civilidade; o 2.º grau desenvolvia as matérias anteriores e acrescentava gramática, desenho linear, geografia, história geral, história sagrada, aritmética e geometria aplicadas à indústria e escrituração.

⁶ No preâmbulo dessa reforma descreve o panorama do país que, de 757 mil crianças, com idade entre os 7 e os 15 anos escolarizáveis, só 132 mil frequentavam a escola em 1867. O número de escolas era de 2.300 e, destas, 350 do sexo feminino. A média dava uma escola para 1.100 habitantes, estando na cauda da Europa. As dotações financeiras para a escola pública cifravam-se a um nível bastante baixo, comparado com outros países europeus.

em escolas primárias de um e outro sexo, elementares (urbanas, rurais) e complementares. Não se admitia a coeducação, mas poderia haver, em certas povoações, escolas mistas. Compreendia o programa do 1.º grau (sexo masculino) a educação física, educação moral, educação intelectual, educação política e noções de cidadania. Os planos de estudo enfermavam de ambiguidade na metodologia, não integrando uma visão mais moderna da pedagogia adoptada.

Mais tarde, a reforma de 1878, de Rodrigues Sampaio, retomou muitas das ideias anteriores, que ficaram apenas em projecto, descentralizando o sistema educativo. Promoveu-se o aumento de escolas primárias, melhorou-se o vencimento dos docentes, criaram-se as escolas normais (Lisboa, Porto e Évora), abriram-se cursos temporários, dominicais e nocturnos para combater o analfabetismo, estabeleceram-se comissões de beneficência e ensino para subsidiar as crianças pobres em idade escolar, implementou-se a inspecção técnica, dinamizaram-se as conferências pedagógicas obrigatórias para os professores primários, a liberdade de ensino, a incumbência de pagamento dos vencimentos aos professores por parte das câmaras, etc.

Em 1892, o ministro Dias Ferreira extingue o restabelecido Ministério da Instrução Pública e Belas Artes (1890), suprime o Conselho Superior de Instrução, reduz o número de escolas complementares, impõe a centralização e faz uma redução drástica nas despesas da instrução e no número de pessoal docente. O Ministério do Reino da época fez convergir para si todos os serviços da escola pública, monopolizando o Estado a administração do ensino e inutilizando todos os esforços legislativos e pedagógicos anteriores.

A reforma de 1894, de João Franco, tal como a de 1897 (decalcada da anterior), nada de novo trouxe à causa da instrução pública; pelo contrário, manteve a centralização do ensino primário e suprime os exames do 1.º grau do ensino primário e os do 2.º grau só se fazem nas sedes dos liceus. A instrução primária sofre duas modificações: supressão dos serviços de inspecção e a organização dos quadros de pessoal das escolas de Lisboa. O Regulamento daquela reforma de João Franco, publicado em 1896, irá dividir o ensino primário em elementar e complementar. O primeiro subdivide-se em dois graus. O 1.º grau era obrigatório para todas as crianças dos seis-doze anos e o 2.º grau era só obrigatório para a admissão às escolas de ensino secundário. As matérias curriculares eram as habituais, acrescidas de trabalhos manuais e exercícios de ginástica.

O cenário da instrução pública portuguesa no limiar do séc. XX resumia-se no seguinte:

*- Indispensabilidade da instrução primária tornar-se axiomática, por todos os princípios. Garantir a liberdade de ensino, que era gratuito, auxiliar os esforços individuais, premiar os mestres e incentivá-los (aumento dos vencimentos). Faltava uma instrução de maior desenvolvimento, com maior número de disciplinas, mais frequência às aulas e melhor formação dos mestres.

*- Criação da rede escolar pública, principalmente a destinada à instrução primária (uma escola em cada freguesia). Necessidade de escolas nocturnas⁷, a fim de desenvolver a instrução elementar (método repentino de Castilho, ensino mútuo, método da '*Cartilha Maternal*' de João de Deus);

*- Um dos acontecimentos pedagógicos relevantes a meados do século foi a criação e aplicação do '*método repentino de leitura*' para as escolas primárias (em 20 lições), por A. Feliciano de Castilho, numa tentativa de combater o analfabetismo, associando as letras em quadros com desenhos. Os seus críticos afirmavam que era uma didáctica incorrecta.

*- Criação de escolas normais superiores para formação de professores (Lisboa, Porto).

*- Sanção aos pais por não cumprirem com o preceito da instrução obrigatória, não só para matricular os filhos, mas para os forçar à frequência.

*- Instituíram-se as bibliotecas populares municipais, pelo Decreto-Lei de 2/08/1870, que pretendiam levar a população a aprender a ler, incluindo a leitura nos domicílios (art. 5.º) correspondendo às intenções educativas que seguiam outros países europeus (Suíça, Prússia, França, Espanha, Inglaterra, Alemanha e Suécia). Outro projecto-lei das bibliotecas municipais (leitura diurna e nocturna) seria apresentado nas Cortes (Sessão de 8/09/1909), pelo deputado Feio Ferreira, explicando-se a funcionalidade das mesmas e os seus custos (Pacheco, 1910).

*- Funda-se em 1882 a *Associação das Escolas Móveis*, organizadas por Casimiro Freire, que percorreram o país até 1923, dando um importante contributo à instrução primária, criando escolas e utilizando o método da '*Cartilha Maternal*' de João de Deus (poeta pedagogo que foi Comissário Geral do sistema para o ensino da leitura em 1888).

⁷ Em setembro de 1853, D. António Costa fundou o Centro Promotor da Instrução Primária, criando escolas nocturnas (Costa, 1870). Pelo Decreto de 2/08/1870, são criadas as bibliotecas populares, com o intuito de desenvolver os conhecimentos das classes populares, através da leitura moral e intuitiva.

*- Cria-se a sociedade cooperativa '*A Voz do Operário*' (1883), que reivindicava melhores condições profissionais, tendo como objectivos educativos estabelecer escolas e gabinetes de leitura e outras acções que favorecessem a instrução e o bem-estar da classe trabalhadora. Com as doações e as heranças de várias instituições (biblioteca da Sociedade de Estudos Pedagógicos e Universidade Popular Portuguesa), constituíram uma grande biblioteca.

*- Derramar livros elementares e gratuitos para que a leitura não fosse uma utopia, já que o analfabetismo durante esse século e, ainda, no século XX, foi elevado.

A burguesia sempre foi hostil à expansão e ao livre acesso de todos à instrução e à cultura. A expansão do ensino primário no liberalismo pertenceu às classes urbanizadas, à pequena burguesia e operariado, quer através de associações mutualistas (por exemplo, a '*Sociedade Promotora de Educação Popular*', a '*Voz do Operário*'), quer pelas escolas móveis ou de adultos. As dotações orçamentais para a educação foram sempre insuficientes, vivendo-se em constante restrição. A gratuidade do ensino só se verificava no 1.º grau do ensino primário, que não dava acesso ao ensino secundário, e o analfabetismo foi a mancha social, apesar do aumento do número de escolas.

A instrução primária nos finais da Monarquia e na 1.ª República (1910-1926)

No início do século XX havia em Portugal 4.665 escolas primárias oficiais, com 176.649 alunos matriculados, e 1.600 particulares, com 51.599 alunos. Com um fraco dispêndio financeiro, não se negava às corporações locais o direito de administrar o ensino. Nem as medidas de alfabetização, nem as iniciativas de alguns pedagogos, escritores, parlamentários, jornalistas e dirigentes associativos conseguiram que o país acompanhasse a evolução dos outros países europeus. Podemos afirmar que a instrução no país viveu até à República da 'caridade' e do filantropismo burguês, pois de ambos se nutriram asilos, escolas, assistência escolar, etc.⁸

A reforma de Hintze Ribeiro (1901) introduz algumas modificações na estrutura do ensino primário vigente, num país onde a percentagem de analfabetos rondava os 78%. Aquele diploma reorganiza todo o ensino primário, mantendo a sua divisão em dois graus e os pro-

⁸ É de mencionar, em termos de instrução pública, o legado económico do Conde de Ferreira, em 1866, para se construírem 120 edifícios para escolas públicas de ensino primário nas sedes de concelho. Para esse benemérito, a escola pública era um elemento essencial para o bem da sociedade.

gramas idênticos à reforma de Rodrigues Sampaio (1878). O ensino era obrigatório e gratuito, para as crianças dos 2 aos 12 anos, e cada escola primária compreendia o ensino dos dois graus, por cada freguesia e para cada sexo (não se adoptava a coeducação). Mantinham-se os subsídios às escolas particulares que asseguravam gratuitamente o ensino primário dos dois graus. Houve, ainda, uma preocupação pelo estado dos edifícios das escolas públicas (primárias), intensificando-se a fiscalização nas circunscrições escolares, foram criadas as caixas económicas escolares e as comissões promotoras de beneficência e ensino, em cada freguesia.

O articulado daquele diploma alerta para o deplorável aspecto físico das crianças escolares, com carências de saúde, que tornavam urgente a organização da inspecção sanitária escolar. Uma das inovações da reforma de 1901 foi a possibilidade de criação do ensino infantil nas cidades de Lisboa (método de Fröebel) e Porto, e do ensino de cegos e surdos-mudos. As escolas infantis destinavam-se a ministrar educação e ensino às crianças dos 4 aos 6 anos.

Durante a Monarquia Constitucional o serviço de instrução primária compreendeu a criação e a administração das escolas, excepto a nomeação dos professores, que devia voltar para os municípios (incumbência dos vereadores no zelo pela instrução pública). Cabia ao Estado a tutela escolar de controlar e penalizar os municípios que descurassem o ensino primário e o combate ao analfabetismo.

A República, proclamada em 1910, pretendia, através da educação (republicana) e da instrução pública, mudar a mentalidade do povo. O primeiro diploma sobre instrução remete-nos para o projecto de regulamento de instrução militar preparatória. Esse tipo de instrução fazia parte da educação cívica que começava na escola primária, dando a todos os escolares o abecedário da linguagem das suas futuras relações sociais. O nacionalismo exacerbado caía na exaltação das virtudes militares, constituindo um exemplo essa instrução militar que se dividia em dois graus: o 1.º grau, dos 7 aos 16 anos, com obrigatoriedade a partir dos 10 anos, e o 2.º grau, dos 17 até à idade de recrutamento militar.

A atenção dos republicanos incidia na resolução dos problemas educativos como o analfabetismo, o insuficiente número de escolas primárias, a deficiente preparação ideológica e científico-pedagógica dos professores e a sua mísera situação económica. Esses sintomas coincidiam com a falta de iniciativa e hesitação dos portugueses em matéria educativa.

Um dos objectivos republicanos foi o ensino infantil, facultativo e gratuito (diplomas de 1911), que pretendia a educação e desenvolvimento integral, físico, moral e intelectual das crianças dos 4 aos 7 anos. Enquanto o ensino infantil oficial não passou de um projecto, o particular proliferou-se gradualmente, destacando-se os 'Jardins-Escolas de João de Deus', criados por João de Deus Ramos.

O ensino primário, segundo a reforma de 1911, dividiu-se em três escalões, o elementar, o complementar e o superior, sendo o elementar obrigatório para todas as crianças de ambos os sexos (dos 7-14 anos), e facultativo para os restantes escalões. O ensino primário elementar tinha a duração de 3 anos, dos 7 aos 9 anos, e o objectivo do seu ensino distribuía-se por quatro grupos de intenções que poderíamos classificar como literárias, científicas, artísticas e técnicas.

Toda a actividade pedagógica e legislativa da I República não teve uma visão global de todo o sistema escolar português. O documento '*O Estatuto da Educação Pública*', apresentado em 21 de Junho de 1923, por João Camoesas (redigido por Faria de Vasconcelos), apreciava as questões do ensino (a cultura física, a intelectual, a moral e social, as relações entre a escola e o ambiente, os jardins de infância, as escolas dos ensinamentos clássico, técnico e profissional, do primário ao universitário, a administração e a organização escolar, etc.) e as insuficiências de execução de uma forma global do sistema educativo. Lamentavelmente não chegou a ser implementado.

Considerava aquele projecto que a educação pública devia compreender três categorias, designadas por geral, especial e superior. A educação geral abrangia 3 graus: o grau infantil, gratuito nos jardins-de-infância, com quatro anos de duração; o grau primário, obrigatório e gratuito, em coeducação, com seis anos de escolaridade (dos 7 aos 12 anos), subdividido em 2 escalões; e o grau secundário, de quatro anos, correspondente a um curso geral dos liceus, em regime de classe. A educação especial abrangia quatro modalidades: o curso especial do ensino secundário, o ensino técnico elementar, o ensino técnico complementar e o ensino profissional.

Não faltaram neste período republicano muitos esforços pedagógicos, de várias personalidades (João de Barros, Bernardino Machado, Leonardo Coimbra, António Sérgio, Alves dos Santos, Faria de Vasconcelos, etc.), para modernizar a escola pública portuguesa. O ambiente era hostil à reflexão pedagógica indispensável às providências governativas de que o país estava carecido, e a substituição frequente de governos não permitiu a conti-

nuidade exigida para que qualquer projecto fosse avante.

Nos vários projectos e diplomas sobre a instrução pública tiveram os seus proponentes de se debater com as dificuldades dilemáticas da mesma natureza, já que, por um lado, tentavam correlacionar uma estrutura escolar perfeita com o sistema social vigente (sentido de responsabilidades cívicas) e, por outro lado, valorizavam o civismo das massas populares, fortalecido pela eficiente orgânica do sistema de ensino. Atribuía-se à escola pública o papel de inocular, realizar, elaborar o ideal dos portugueses, o ideal da Nação e não as querelas ideológicas e partidárias. Havia testemunhos de quem dissesse, como António Sérgio, que a escola existente era uma verdadeira calamidade pública e uma das causas da situação existente na instrução, pois era impossível reformar a escola sem se trabalhar ao mesmo tempo na transformação da sociedade portuguesa.

As escolas primárias deviam ensinar a ler, sendo o aprender a ler um meio e não um fim educativo. Ensinar o povo a ler era objectivo da instrução, em que as bibliotecas populares municipais eram uma instituição complementar das escolas primárias⁹.

A acção da República no campo do ensino teve algum merecimento, principalmente nos primeiros diplomas de reforma do ensino primário (e do universitário), ressaltando o de 1911, que constitui um factor de progresso da escola pública, a despeito das limitações na execução prática.

O grande flagelo social continuava a ser o analfabetismo, que não baixou como desejaram os governantes entre 1911 a 1930 (a média de analfabetos rondava os 70% da população), nem a rede escolar aumentou na globalidade do país (em 1926 havia 6.657 escolas oficiais do ensino primário, em activo), nem a frequência escolar na instrução primária era a que se esperava, apesar de ter aumentado a população escolar total. Nem a formação de professores era a mais adequada (novas ideias do movimento da escola nova) para a escola da época, os edifícios

⁹ O congressista J.R. Salema Caeiro apresentou, no Congresso Municipalista de Lisboa (1910), o argumento sobre a 'Restituição às Câmaras Municipais das escolas de ensino primário', abordando a necessidade de uma escola por 600 a 700 habitantes no concelho. Na altura, remediava-se essa falta de escolas primárias oficiais suficientes (uma escola para 530 crianças), pelas escolas particulares, destinadas a crianças pobres. No Congresso do Porto (1910), pretendeu-se municipalizar a instrução elementar. Por exemplo, num ofício de 27/06/1906, dirigido à Câmara do Porto, o inspector de instrução pública propunha a necessidade de criar 42 novas escolas, de 5 cursos nocturnos e a conversão de várias escolas em centrais. As câmaras tinham a seu cargo as despesas, a renda e o mobiliário (Cfr. Diplomas de 18/03/1897 (art.º 58), de 27/06/1903 (art.º 19, alínea 1.ª) sobre as contribuições escolares de um concelho à instrução.

escolares apresentavam precárias condições, deficiências nos materiais didácticos de apoio ao ensino, etc.

A instrução primária: do salazarismo ao 25 de Abril (1974)

A instauração do regime militar de 28 de Maio de 1926 ia ao encontro de muitas mentalidades inconformadas com o espírito democrático da I República, pretendendo pôr cobro à inquietação pública, estudar as providências mais convenientes para a extinção do analfabetismo, execução de construções escolares (rede escolar) e reorganização das Escolas Normais (formação de professores) e propor reformas do ensino.

É evidente que o Estado Novo desvalorizou a escola e a profissão docente, a formação de professores e o ensino primário. Os valores do regime representavam um cunho nacionalista, católico e rural e o sistema educativo passou a ter uma orientação centralizadora e controladora (Adão, 1984). Na verdade as investigações históricas realçam algumas transformações económicas, sociais e mentais profundas ao longo do regime, apesar de certo aparente imobilismo¹⁰.

A escola e os actores educativos sofreram um apertado controlo do regime, até porque a função de endoutrinação conferida à escola tornava o sistema e os seus agentes um sector sensível, já que no dizer de Salazar a escola era a 'sagrada oficina das almas', onde se moldava o carácter das futuras gerações e se exercia influência sobre as suas famílias. O professor era o 'apóstolo da verdadeira escola portuguesa', de acordo com as tradições da pátria e da religião católica (Mónica, 1978).

O surgimento, a partir de 1933, do plano salazarista de um Estado autoritário, intentou impor à escola pública as regras de pensamento e de comportamento da sua doutrina social e ideológica. Questionavam-se as vantagens das crianças frequentarem as escolas, havendo quem, como João Ameal, defendesse que ensinar a ler era corromper o atavismo da raça. Pretendia-se que a escola formasse elites enquadradas nas massas. A primeira medida em matéria de instrução que tomou o novo regime foi a proibição da coeducação no ensino primário elementar. A reforma do ensino primário de 1927 impõe a redução da escolaridade no ensino primário elementar (ou geral) obrigatório dos 7 aos 11 anos, formado por quatro classes, e o ensino primário complementar (ou superior) dos 11 aos 13 anos, formado por duas classes. Retrocedia-se, assim, o pro-

¹⁰ A importância da escola e da educação, no regime salazarista, foi reconhecida em recentes investigações históricas (Joel Serrão, A.H. Oliveira Marques, A. Reis, F. Rosas, M.ª Fátima Bivar, J. Salvado Sampaio, M.ª Filomena Mónica, Áurea Adão, Luis Reis Torgal, etc.).

cesso escolar nas escolas públicas.

A nova programação curricular do ensino primário elementar deu relevo a matérias de feição nacionalista, por exemplo, a 'Corografia de Portugal e Colónias', 'História de Portugal' e 'Educação Cívica'. Os diplomas exaravam instruções pedagógicas que apontavam para o dever da escola dar atenção às colónias e à História, no sentido de desenvolver nas crianças o '*verdadeiro patriotismo*'.

As sucessivas alterações do ensino primário remeteram à simplificação do que nele se estatuiu, e que acabou por desvirtuar a escola primária pública, de tal modo que reduz o ensino primário complementar para três anos e acabará por extinguir o ensino primário complementar que se destinava àqueles escolares que não continuavam os estudos nos liceus e escolas técnicas. A razão da Ditadura relacionava-se com as reduções de qualidade do ensino primário e na redução de despesas do Estado, propondo-se, ainda, acabar com a preparação pedagógica e científica dos professores, de quem muito pouco agora se viria a exigir para a execução da doutrina educativa vigente, com a criação dos 'postos de ensino', como processo de combate ao analfabetismo.

O regime defendia que a cultura suficiente a fornecer às crianças (rurais) era o saber ler, escrever e contar, não se justificando haver grandes preocupações com a preparação científico-pedagógica dos professores primários. Daí a criação dos postos de ensino, cujos mestres designavam-se 'regentes escolares', escolhidos entre as pessoas que possuíssem idoneidade moral e intelectual. Só mais tarde se veio a exigir um exame de aptidão aos candidatos à regência daqueles postos de ensino. Apesar da infeliz decisão de se criarem postos de ensino em condições de eficiência tão impróprias, com o objectivo de reduzir o analfabetismo não descurou o Estado a construção de novos edifícios escolares, aumentando a rede escolar.

A orientação da política educativa do regime foi marcada, desde 1936, pela mobilização ideológica em torno aos valores da trilogia 'Deus, Pátria, Família', tendo contribuído para tal a 'cruzada nacionalista e cristã'. Valorizavam-se, assim, os processos educativos, os agentes identificados com essa lógica e a escol. A lei de 1936, intitulada '*Remodelação do Ministério da Instrução Pública*', estabelece nas suas doze bases as orientações do ensino do Estado Novo relativas aos organismos e serviços do Ministério, aos programas e livros de ensino (livro único para o ensino primário elementar), criação da mocidade portuguesa, etc. O currículo do ensino pri-

mário obrigatório na escola oficial reduzia-se à: Língua portuguesa (leitura, redacção e feitos pátrios), à Aritmética e sistema métrico, à Moral, à Educação Física e Canto Coral. Estabeleceu-se nessa reforma o ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais e amor pátrio. O problema do ensino popular foi resolvido por uma maior difusão de postos escolares.

A filosofia educacional elitista e discriminatória do salazarismo concretizou-se na estrutura do sistema escolar português, criando duas vias de cumprimento do 5.º e 6.º anos de escolaridade obrigatória, em paralelo com o ciclo complementar do ensino primário¹¹.

Volvidos cerca de trinta anos após o início do Estado Novo, com o Ministério Leite Pinto, as carências de mão-de-obra qualificada e as necessidades de desenvolvimento económico, no quadro do capitalismo vigente, explicam, em parte, a extensão da escolaridade obrigatória. Só em 1964 se tomam as providências necessárias com vista à criação de seis classes obrigatórias no ensino primário, dividindo-se este em dois ciclos: elementar (4 classes) e complementar (5.ª e 6.ª classe), começando este último a funcionar com carácter compulsivo para os alunos que se inscrevessem na 1.ª classe no ano lectivo de 1964-1965.

Reconhecemos que essas disposições representaram um certo avanço no ensino básico ao alcance de todos, divulgando-se politicamente a 'corrida à escola', no intuito de ascensão cultural das massas, o que constituiu um fenómeno louvável, se não fosse acompanhado com vigilância e cautelas pelo Estado, para evitar o risco de estrangulamento ou abafamento do escol intelectual.

No ano de 1964 surge a 'Telescola' (ensino oficial de recepção particular), com um programa inicial que previa o ensino televisivo, equivalendo ao ciclo preparatório do ensino técnico, acrescido da disciplina de 'Francês'. A exploração pedagógica da lição televisiva era confiada a monitores com uma habilitação mínima (ciclo complementar do ensino liceal).

Desse modo, agravou-se o carácter socialmente discriminatório de que o sistema de ensino já estava marcado com a existência do 1.º ciclo liceal e do ciclo preparatório do ensino técnico. O ciclo complementar do ensi-

¹¹ Com efeito, pelo Decreto-Lei n.º 38969, de 27 de outubro de 1952, eram dispensados da obrigação de frequentar o ensino primário os menores incapazes por doença ou por defeito 'orgânico ou mental', a não ser que existissem classes especiais a menos de 3 Km da sua residência. No plano legal, ainda após o 25 de Abril de 1974, pretendeu-se encontrar nessas disposições o fundamento para o não cumprimento da escolaridade obrigatória de 6 anos, o que foi combatido no plano da política de acção social escolar.

no primário e o ciclo preparatório TV destinavam-se, preferentemente, às populações rurais e suburbanas. O ensino preparatório directo seria lançado à escala das sedes de concelho e, portanto, nas zonas urbanas (Fernandes, 1981).

A reforma de Veiga Simão (Lei n.º 5/1973, de 25 de Julho) visou alterar a estrutura e o âmbito do ensino básico na escola pública. Esse ensino passou a ser obrigatório, com a duração de oito anos, sem referência a princípios de gratuidade. Os quatro primeiros anos seriam ministrados nas escolas primárias, correspondendo os quatro anos restantes ao ensino preparatório, ministrado nas escolas preparatórias (e Telescola). Os objectivos gerais desse 'ensino básico' pretendiam a formação da personalidade dos alunos, no domínio físico, intelectual, estético, moral, cívico, social e patriótico e, ainda, a observação e orientação educacional, extensivo às crianças deficientes e inadaptadas.

No plano dos objectivos específicos, o ensino primário compreenderia, além da língua portuguesa, escrita e oral, e da aritmética, o ensino da história e geografia pátrias, a educação estética, a observação da natureza, a iniciação da educação física e das actividades manuais e, ainda, noções de educação cívica, moral e religiosa. O ensino preparatório destinava-se a ampliar a formação do aluno e, pela observação e orientação escolar, favorecer o desenvolvimento das aptidões e interesses e facilitar a escolha da via escolar e profissional. Aquela Lei n.º 5/73 não chegou a ser executada, devido à 'Revolução' de 1974, que trouxe os ares de democratização do ensino e da escola pública.

A democratização da escola pública no pós-1974

Ao longo da história da escola pública em Portugal as modificações dos sistemas educativos eram essencialmente ditadas pelo aspecto reprodutivo dos investimentos realizados. Essas reformas limitavam-se a simples adaptações e não atingiam a própria estrutura do ensino público.

A democratização do ensino após o 25 de Abril de 1974 teve como objectivo preparar cada homem para, segundo as suas aptidões, assumir na sociedade o lugar onde mais se sentia realizado e mais útil. Por outras palavras, pretendia-se o desenvolvimento cultural do indivíduo. A democratização implicou a criação de um sistema educativo mais flexível, diversificação dos currículos, uma igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de educação.

O primeiro objectivo da política educativa após o 25 de Abril, dos governos provisórios, foi assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória de 6 anos. Na

ampliação da rede escolar deu-se precedência ao ensino preparatório directo e, depois, ao ciclo preparatório TV, com o conseqüente declínio do ciclo complementar do ensino primário. Iniciou-se, assim, gradualmente, uma escolaridade básica de 8 anos, introduzindo-se ao mesmo tempo em algumas escolas preparatórias os dois primeiros anos do ensino secundário geral. A Constituição de 1976 consignou à educação e ao ensino uma orientação ideológica e política de sentido democrático e progressista, no quadro das instituições.

O programa de ensino primário elementar, aprovado em 1975, fundou-se numa filosofia da educação de cariz humanista e democrático, sendo o acento tónico da acção educativa a criança, enquanto sujeito. Essa filosofia educacional concretizava-se num currículo que previa actividades iniciais de tipo lúdico, destinadas a proporcionar uma inserção harmoniosa na escola. Uma das inovações curriculares residia na rubrica 'Meio Físico e Social', a partir de cujas actividades todas as demais rubricas do programa atingiam os respectivos objectivos específicos.

Antes de 1974, a repartição do ensino pelas diferentes matérias curriculares estava sujeita a regulamentação severa, com prejuízo da criatividade de professores e alunos, assim como da perspectiva interdisciplinar. Os programas aprovados em 1975 foram inovadores no aspecto de organização pedagógica, melhorou-se o aproveitamento escolar, subiu o número de salas de aula e a relação alunos/sala de aula no ensino básico primário oficial, progressos na acção social escolar, aumento do material didáctico e escolar (Fernandes, 1981).

A aprovação da Lei de Bases do sistema Educativo (LBSE – 1986) constitui um momento chave no processo de reformas do ensino. A partir daí, a diversidade de discursos, as análises, a complementaridade e as práticas misturaram uma dinâmica de renovações, inovações e desilusões.

Considerações Finais

Não queríamos terminar sem sintetizarmos dois blocos de ideias que nos parecem de enorme importância no nosso estudo historiográfico. O primeiro são as resistências estruturais que sofreram a escola e o sistema educativo português em geral, onde destacamos o analfabetismo, os níveis de escolaridade e os condicionalismos dos professores, e o segundo é o ideário pedagógico no tocante à educação e à escola exigida e exigível para a sociedade portuguesa no seu caminho da mudança.

Devido à natureza ideológica dos assomos político-sociais instituidores do sistema de ensino, e à morosi-

dade dos ritmos com que foi posto em prática, houve entre nós uma dada funcionalidade sociocultural herdada do passado aristocrático e absoluto. Efectivamente, as burguesias foram trilhando os estreitos caminhos que foram capazes de abrir, adaptando-se aos novos tempos e impregnando-os, por seu turno, de alguma da sua substância educativa.

A maioria da população portuguesa estava radicada nas zonas rurais, mantendo-se alheia aos ritmos do progresso e das exigências educativas de formação (cerca de 80%). Na verdade, as cidades eram incapazes de fixar as pessoas que sobravam da agricultura, em virtude da conjugação de vários factores, como a revolução demográfica, a fragmentação da propriedade campesina, a fraca industrialização, o pouco poder de compra dos portugueses, etc.

Nesse cenário frustrante, em pinceladas largas, surpreende-nos que o sistema educativo (e a escola pública, em particular), teoricamente formulado e legislado pela contemporaneidade portuguesa, não soube alterar, senão lentamente, essa funcionalidade sociocultural. Tratava-se de uma funcionalidade estrutural resistente às mudanças, às crises económicas, às convulsões políticas, à lenta modernização industrial e, sobretudo, aos fenómenos do analfabetismo, aos níveis percentuais de escolaridade (primária, secundária, técnico-profissional e superior), ao absentismo e insucesso escolar e, ainda, à formação e ao estatuto profissional do professorado (Quadro Síntese: período antes 1974).

Vejam algumas dessas resistências mais evidentes, como o analfabetismo, os níveis de escolaridade e a formação e recrutamento dos professores.

A.) - *Analfabetismo*. Este foi um dos flagelos sociais mais significativos na sociedade portuguesa, em que todos os governos, de uma maneira ou outra, intentaram combatê-lo. Com efeito, embora tenha persistido em índices elevados, pelo menos desde 1864, ano do primeiro censo, o analfabetismo foi regredindo lentamente até à década de 70 do século passado. Por outro lado, os ritmos temporais de alfabetização foram indícios seguros do devir da sociedade global.

Em termos sintéticos, há três períodos fundamentais. O primeiro, de 1878 a 1930; o segundo, de 1930 a 1960; e o terceiro, pós-1960 e 1974. Foi no Estado Novo que coube a possibilidade de retomar e de organizar, sem muita eficácia, o combate ao analfabetismo, endemia que só seria eliminada da vida sociocultural no pós 25 de Abril. Numa análise global da distribuição regional desses períodos de analfabetismo, depreendemos que, em torno das

grandes cidades de Lisboa, Porto e Coimbra, as taxas são mais baixas que nas zonas de ruralidade e, ainda, mais na população feminina que na masculina. A incidência aumenta à medida que vamos do litoral para o interior, para o norte do Tejo e nas regiões de minifúndio e de emigração.

A persistência do analfabetismo, com as suas características próprias e o seu peso geográfico, percorre toda a contemporaneidade portuguesa, embora, em cada conjuntura, tenha assumido polémicas ideológicas. Assim, a 'escola', a 'ilustração do povo' e o 'professor' foram quase sempre carregados de conotações ideológicas várias. Em última instância, esse fenómeno subsumia-se em condicionalismos globais da sociedade portuguesa. As causas residiam no atraso social, económico e cultural. De facto, essa endemia consistiu num aspecto de uma sociedade considerada globalmente pelo que era em si mesma e pelo próprio devir que ia tornando viável.

B.) - *Níveis de escolaridade*. O sistema educativo português contemporâneo foi muito selectivo nos alunos primários com os secundários, e a destes privilegiados com os mais privilegiados que acediam ao nível superior. A primeira selecção verificava-se ao nível do acesso à escolaridade (primária, elementar) e entre o número de alunos matriculados e os que frequentavam esse nível de ensino (alunos escolarizáveis) e os que chegavam a realizar o exame. A segunda selecção ocorria, com mais gravidade, na passagem do ensino primário ao secundário (no arco histórico de 1864 a 1930 chegou a ser de 4,5% essa filtragem dos quantitativos escolares). No tocante à passagem dos alunos do secundário e/ou do liceu à universidade, a situação foi mais diversificada, segundo os cursos superiores, para os que tinham possibilidades económicas de os frequentar.

Um dos indicadores de análise nos jovens entre os 15 aos 25 anos, quer fossem alfabetizados ou analfabetos, era a percentagem dos que chegavam à universidade e, ainda, teríamos que apreender as diversas pulsações regionais relativos às pirâmides escolares de cada distrito.

C.) - *Professorado e os seus condicionalismos*. Em geral os professores quase não usufruíram dum estatuto socioeconómico e sociocultural, capaz de os prestigiar e ajudar a pôr em prática os objectivos (sociopedagógicos) que lhes eram atribuídos e as suas funções educativas nas escolas. A condição de professor definiu-se sempre pela humildade das suas funções, pela precariedade da sua formação (deficiências de formação inicial e actualização), vencimentos baixos, fraca preparação cultural e profissional. Portugal debateu-se, com dificuldades, na tarefa de substituir o professor tra-

dicional pelo mestre laico, investido com funções pedagógicas mais exigentes às épocas históricas.

Em relação ao ideário pedagógico, do que se foi sugerindo e demonstrando no Portugal contemporâneo, importa averbar que jamais escassearam os pedagogistas e doutrinadores capazes de estabelecer metas, no tocante à educação ou instrução exigida e exigível socialmente por uma sociedade a caminho de transformação. Grandes vultos da cultura portuguesa contribuíam, ou com reflexões de escopo educativo, ou com iniciativas de teor legislativo ou escolares (metodologias), ou, ainda, pautando as suas obras por propósitos de 'pedagogia social' ou pedagogia moderna.

Não foi por inépcia ou por desinteresse que o sistema educativo e a escola portuguesa não lograram inscrever na sua tessitura os objectivos e propósitos educativos e pedagógicos adequados. Houve, certamente, um desencontro de linguagem da teorização e da prática. De facto, as aspirações ideológicas dos mentores da política educativa obedeciam a imperativos que não encontravam eco na realidade. Era como se pensasse uma coisa, legislasse outra e só se pudesse fazer uma outra diferente das anteriores. Consistia inviável afeição a escola às realidades socioeconómicas, mentais e culturais aos desígnios programático-ideológicos, impostos de fora para dentro, de alto para baixo, sem recursos às necessidades plausíveis.

Em síntese, os vários argumentos, justificativos do estado evolutivo da escola pública portuguesa e que merecem reflexão histórico-educativa, foram, a nosso ver: o direito à educação, o que esperar do Estado para desenvolver e realizar o benefício da instrução nos cidadãos, e com ela o da cultura, sem a qual era impossível o progresso (moral) e do país; as crises económicas, que implicaram reduções no orçamento para o ensino (despesa pública com a educação); a polémica da centralização e descentralização do sistema educativo; a (des) igualdade de tratamento e de acesso à educação de todas as camadas sociais; a obrigatoriedade escolar e a rede escolar; a analfabetismo (infantil), o absentismo e o insucesso escolar; o professorado a sua formação inicial e permanente (as escolas normais, o magistério primário, as escolas superiores de educação, etc.), o seu estatuto e a profissão docente; o afastamento geográfico (as assimetrias geográficas), que implica diferença na aprendizagem e aproveitamento dos alunos, na escola urbana e na escola rural.

Parece-nos que todo esse cenário expressa um ideário pedagógico, num movimento pendular de avanços e recuos, de dificuldades económicas e culturais, de

falta de implementação de ideias (novas) educativas mais adequadas à realidade vigente de cada período histórico.

As políticas educativas viveram na constante onda de preocupações, dando resposta a situações conjunturais que, com maior ou menor premência, foram exigindo decisões imediatas e, muitas vezes, não sendo as mais próprias e eficazes. O comprometimento com umas e outras soluções (ideológicas) imaginadas para a casuística avulsa impediu, muitas vezes, a reflexão que projectasse a educação /instrução e a escola na dinâmica de um sistema continuamente ajustado ao fluir histórico. Reconhecemos, por vezes, uma certa incoerência interna em sucessivas reformas (sectoriais), falta de determinação em implementar projectos de lei inovadores e a possibilidade, em cada época, de encontrar uma linha de rumo que permitisse visualizar um projecto educativo mais global. É nesse contexto que deveremos analisar historicamente a escola pública portuguesa.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Áurea. **O estatuto socioprofissional do professor primário em Portugal (1901-1951)**. Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1984

ALBUQUERQUE, Luís de. **Notas para a História do ensino em Portugal**. Coimbra, Publ. da Universidade de Coimbra, 1960

ANDRADE, A. A. Banha de. **Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1982

ARAÚJO, Helena C. **The construction of Primary Teaching as Women's work in Portugal (1870-1933)**. 2. Vol.s (Dissertação de Doutoramento). London, Open University, 1993

ARAÚJO, Helena C. 'Precocidade e retórica na construção da escola de massas em Portugal'. **Educação, Sociedade & Culturas**, 5, pp. 161-174, 1996

BÁRBARA, A. Madeira. **Subsídios para o Estudo da Educação em Portugal, da reforma pombalina à 1.ª República**. Lisboa, Assírio e Alvim, 1979

BARROS, João de. **A reforma de instrução primária (com João de Deus Ramos)**. Porto, Tip. Costa Carregal, 1991

BEJA, Filomena & al. **Muitos anos de escolas. Vol. 1, 1.ª Parte – edifícios para o ensino infantil e primário até 1941**. Lisboa, MEC/ Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, 1987

- BÍVAR, Maria de F. **Ensino primário e ideologia**. Lisboa, Seara Nova, 1975
- CANDEIAS, Antonio. 'A situação educativa portuguesa: raízes do passado e dúvidas do presente.' *Análise Psicológica*, 4 (XI), pp. 591-607, 1993
- _____. **Educar de outra forma. A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa (1905-1930)**. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1994
- CARVALHO, Rómulo de. **História do ensino em Portugal, desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do regime salazar-Caetano**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986
- CATROGA, Fernando. **O republicanismo em Portugal, da Formação ao 5 de Outubro de 1910**, (2. Vol.s). Coimbra, Universidade de Coimbra/Faculdade de Letras, 1991
- COELHO, J. Augusto. **A reforma do ensino primário**. Porto, Liv. Portuense de Lopes, 1909
- CORTEZÃO, Luísa. **Escola – Sociedade. Que relação?** Porto, Edições Afrontamento, 1981
- COSTA, D. António. **A instrução nacional**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1870
- ESTRELA, A.; BARROSO, J. & FERREIRA, Júlia. **L'École un Object d'étude**. Lisboa, AFIRSE Portuguesa /Universidade de Lisboa – FPCE, 1995
- FERNANDES, Rogério. **Situação da educação em Portugal**. Lisboa, Moraes Editores, 1973
- _____. **Ensino Básico**. In Manuela Silva & M. Isabel Tamen, **Sistema de Ensino em Portugal**, (pp. 167-189). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981
- _____. 'História da Educação, História das Mentalidades, História da Cultura'. *Actas 1.º Encontro de História da Educação em Portugal* (Lisboa, 14-16 de Outubro de 1987) (pp.255-274). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988
- _____. **Os caminhos do ABC. Sociedade Portuguesa e Ensino de Primeiras Letras do Pombalismo a 1820**. Porto, Porto Editora, 1994
- FERREIRA, F. Palyart P. **Algumas Notas pedagógicas**. Lisboa, Casa Portuguesa, 1916
- GOMES, J. Ferreira. 'Escolas normais para habilitação de professores primários criadas no século XIX'. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XIII, pp. 151-216, 1979
- _____. Ferreira. **Estudos para a história da educação no século XIX** Coimbra, Almedina, 1980
- _____. Ferreira. 'Situação actual da história da educação em Portugal'. *Actas 1.º Encontro de História da Educação em Portugal* (Lisboa, 14-16 de outubro de 1987) (pp.11-44). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988
- GRÁCIO, Rui. **Educação e processo democrático em Portugal**. Lisboa, Livros Horizonte, 1968
- GUEDES, Lélia. **Escola portuguesa (1934-1957). Sobre a política educativa do estado Novo**. Braga, Universidade do Minho /Instituto de Educação, 1999
- LIMA, Adolfo. **Educação e ensino. Educação integral**. Lisboa, Guimarães & Editores, 1914
- LIMA, Licínio. **A escola como organização e a participação na organização escolar**. Braga, Universidade do Minho / Instituto de Educação, 1992
- MAGALHÃES, Justino. 'Um contributo para a história do processo de escolarização da sociedade portuguesa na transição do Antigo regime'. *Educação, Sociedade & Culturas*, 5, 7-34, 1996
- _____. **Fazer e ensinar História da Educação**. Braga, Universidade do Minho - Instituto de Educação e Psicologia / Centro de Estudos em Educação e Psicologia, 1998
- MALHEIROS, A. **A propósito da reforma do ensino**. Porto, Of. 'O Commercio do Porto', 1923
- MARROCOS, Santos. 'Memória sobre o estado Geral dos estudos Menores em Portugal, particularmente em Lisboa'. *Revista de Educação e Ensino*, Vol. VIII, pp. 441-446 e 515-549, 1892
- MARTINS, Ernesto C. **As fontes documentais: Análise da vida quotidiana e elementos para a História Social e Educativa**. Santarém, **Cadernos do Projecto Museológico sobre Educação e Infância**, 1997
- _____. 'A educação popular e a literatura infantil na 1.ª República'. *Educare & Educere*, Ano VIII, n.º 13 (Dez.), pp. 57-74, 2002
- MARTINS, C. Alves. **Análise quantitativa da estrutura escolar portuguesa (1950-59), Vol. 1: Evolução da estrutura escolar portuguesa (Metrópole – previsão para 1975)**. Lisboa, IAC – Centro de Estudos de Estatística Económica, 1964

MÓNICA, M.^a Filomena. 'Deve-se ensinar o povo a ler? ' A questão do analfabetismo (1926-1939) ' **Análise Social**, XII, n.º 50, pp. 321-352, 1977

_____. **Educação e Sociedade no Portugal de Salazar**. Lisboa, Presença, 1978

NÓVOA, Antonio. 'A História do ensino primário em Portugal: balanço da investigação realizada nas últimas décadas'. **Actas 1.º Encontro de História da Educação em Portugal** (Lisboa, 14-16 de Outubro de 1987) (pp.45-64). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988

_____. 'A República e a Escola: das intenções generosas ao desengano das realidades'. **Ministério da Educação, Reformas do Ensino em Portugal. Reforma de 1911**, Tomo II, Vol. 1 (pp. ix-xxxiv). Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1989

_____. 'Para uma análise das instituições escolares'. A. Nóvoa (coord.), **As Organizações escolares em análise**, (pp. 13-43). Lisboa, Dom Quixote/IE, 1992

_____. (Org.). **Os professores e as reformas de ensino. Na viragem do século (1886-1906)**. Porto, Edições Asa, 1993

OLIVEIRA, Antonio J. **Em prol da instrução (cartas de um professor)**. Lisboa, Guimarães & Editores, 1909

OLIVEIRA, Mário de. **A escola única. Uma nova ideia pedagógica-social**. Lisboa, Papelaria Fernandes, 1933

PACHECO, Corrêa. **Theses – Instrução Primária e Bibliothecas Populares Municipais**. Porto, Typ. Mendonça, 1910

PALHINHA, Maria H. C. **O aluno no ensino primário português (1900-1950): Uma análise de regulamentação escolar**. (Tese de Doutoramento). Caen, Université de Caen, 1988

PEREIRA, Júlio S. da R. **Noções Sumárias de História da Instrução Popular em Portugal**. Porto, Liv. Nacional e Estrangeira de Eduardo Martins/Liv. E Imprensa Civilização de Américo Fraga, 1921

PINTASSILGO, Joaquim. **A Educação cívica nas escolas primárias da 1.ª República portuguesa (1910-1926)**, 2. Vol.s (Tese de Doutoramento). Salamanca, Univ. de Salamanca/Facultad de Educación, 1996

PROENÇA, Raul. 'Alguns vícios da educação no nosso país'. **Alma Nacional**, n.º 14-16 (12-19 e 26 de maio), pp. 1, 1910

RAMALHO, Albano. **Ensino primário e educação popular**. Lisboa, Aillaud, Alves & C^a, 1918

RAMOS, Rudge. 'Culturas de alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal Contemporâneo'. **Análise Social**, n.º 103-104 (XXIV), pp. 1067-1145, 1988

REIS, Jaime. **O atraso económico português em perspectiva histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX (1850-1930)**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993

SAMPAIO, Jaime. S. 'Escolas Móveis'. **Boletim Bibliográfico e Informativo**, n.º 9, 9-28, 1969

_____. **Evolução do ensino em Portugal (Metrópole 1940-1941 / 1966-1967)**. Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1973

_____. **O ensino primário 1911-1969 (Contribuição Monográfica, Vol. 1, 1.º Período: 1911-1926)**. Lisboa, Instituto Gulbenkian da Ciência, 1975

SANTOS, Alves dos. **A nossa escola primária (o que tem sido o que deve ser)**. Porto, Casa Editora A. Figueirinhas, s/d.

SARAIVA, A. José. **A escola. Problema central da Nação**. Lisboa, Edição do Autor, 1947

SERRA, Aires. **A instrução primária em Portugal**. Coimbra, Coimbra Editora, 1944

SERRÃO, Joel. 'Estrutura social, ideologias e sistema de ensino'. Manuela Silva e M. Isabel Tamen (coord.), **Sistema de Ensino em Portugal**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980

SILVA, Serras e. **Ideias fundamentais sobre a escola primária**. Coimbra, Coimbra Ed., 1952

SIMÃO, J. Veiga. **Democratização do ensino**. Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1973

TEODORO, António. 'Sete reflexões sobre as raízes do atraso educativo português'. **Educação e Ensino**, 13 (8), pp. 27-29, 1996

TORGAL, Luis Reis e VARGUES, Isabel N. **A revolução de 1820 e a instrução pública**. Lisboa: Paisagem Editora, 1984

VALENTE, V. Pulido. **Uma educação burguesa**. Lisboa, Livros Horizonte, 1973

VALENTE, V. Pulido. **O poder e o povo: a revolução de 1910**. Lisboa, Dom Quixote, 1976

ANEXO: Quadro Síntese

Síntese historiográfica do sistema educativo português durante o Estado Novo (ditadura)

A evolução da escola pública portuguesa deve ser contextualizada dentro das vicissitudes históricas de cada época e da sociedade que a dirige (políticas educativas centralizadoras). Em Portugal, a herança do Estado Novo até 1974 marcou a escola, nas suas necessidades, prioridades e orientações didáticas e imposições normativas do sistema educativo:

*- Em 1960 o país tem educativamente uma estrutura similar à dos países subdesenvolvidos: 36% de analfabetos; 28% sem escolarização prévia; 32% tinham frequentado a escola primária; 34% tinham frequentado o ensino secundário; cerca de 0,8% tinham cursos superiores ou técnicos.

*- Na década de 70 (época de Marcelo Caetano), a escola portuguesa apresentava-se da seguinte forma: a maioria das escolas eram escolas unitárias; elevada taxa de insucesso e abandono escolar; carência de uma educação especial ou atenção aos alunos com necessidades educativas especiais; inexistente formação profissional para os quadros técnicos intermédios; professorado com deficiências de formação inicial e fraca formação contínua (mal preparados); professores mal remunerados; cerca de dez mil professores sem titulação, em 1976; 80% dos professores do ensino preparatório eram professores 'provisórios'; pouca inovação educativa.